

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GUIMARÃES, D.¹ ROMANO, G. R.² CAMPOS, L.³

A resenha crítica que ora apresentamos, provém da leitura e da análise do livro dos professores da UFRJ João Fragoso e Manolo Florentino, **O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840**. Escrito a quatro mãos o livro apura e agrega muitas das idéias esplanadas nos livros “Homens de grossa ventura” de João Fragoso e destaca também a natureza do tráfico de escravos e seu centralizador papel no crescimento da economia brasileira, tema esse desenvolvido por Manolo Florentino em seu livro “Em costas negras”. Os autores vão apresentar uma série de estudos ligados ao final do período colonial, questionando e debatendo uma série de dogmas da historiografia brasileira. Argumentando que a escravidão tinha uma função estrutural tanto na África como na América e que a flexibilidade do fornecimento da mão-de-obra, alimento e terras foram responsáveis pelo baixo nível de capitalização no Brasil, admitindo a continuidade da utilização de técnicas rudimentares na agricultura. Colocando de novo suas idéias de outra forma, mostram que o acesso relativamente barato ao tráfico atlântico de escravos e às melhorias durante o século XVIII possibilitou a manutenção de um preço relativamente baixo para o escravo comercializado nessas rotas, ocasionando a rotinização das práticas agrícolas e conseqüentemente a manutenção de uma predominância de relações e práticas sociais. Assim Portugal

¹- Alunos do 4º Período de História CESVA/FAA/FAFIVA.

²- Alunos do 4º Período de História CESVA/FAA/FAFIVA.

³- Alunos do 4º Período de História CESVA/FAA/FAFIVA.

era beneficiado pela cobrança de taxas e pela reexportação dos produtos coloniais, com isso, o Brasil e sua hierarquia social teriam sido criados para preservar e conservar o Antigo Regime em Portugal, inclusive para não transformá-lo. Tratava-se de um projeto arcaizante de uma metrópole controlada por uma aristocracia, aliada aos comerciantes aristocratizados, residentes na terra natal ou na colônia, reproduzindo esse projeto arcaizante sem a interferência de uma nova burguesia nessa ordem estabelecida. Enquanto na Europa as fortunas comerciais possibilitavam que a classe mercantil desafiasse a nobreza, aqui no Brasil, que não possuía um passado aristocrático, o capital mercantil serviu para consolidar o Antigo Regime. O sarcasmo dessa comparação faz sentido somente se pensada a partir da idéia, ultrapassada, do surgimento da burguesia no restante da Europa ocidental e presume a impossibilidade da manutenção do poder da aristocracia, bem como da continuidade da agricultura. Se os comerciantes e seus negócios estavam acima da agricultura como o setor dinâmico da economia brasileira e sendo a base do sistema social, então de acordo com os autores o Brasil apresentava um quadro totalmente diferente do apresentado na Europa ocidental, e é isso que o livro nos apresenta, a existência de um grupo mercantil representado pela fidalguia portuguesa a qual esterilizava o capital para consolidar o seu projeto de vida que era totalmente aristocrático, ou seja, investiam o capital acumulado na compra de terras e de títulos de nobreza.

No capítulo II - denominado **Interpretações**, os autores nos convidam para um interessante debate entre grandes nomes de nossa historiografia. É estabelecido um dialogo entre modelos explicativos de nossa economia e sociedade colonial, Fragoso e Florentino se põem como mediadores entre as vertentes de Caio Prado e Fernando Novais de um lado com a idéia do sentido da colonização e Ciro Flamarion e Gorender do outro lado com seu modo de produção escravista colonial.

Em um primeiro momento os autores abordam as idéias de Caio e Fernando que enxergam o Brasil como uma junção do latifúndio com o plantation e a mão de obra escrava assim formando uma sociedade totalmente agro exportadora. As elites agrárias reinavam absolutas no topo da hierarquia social figurando uma sociedade bi polarizada, em cima as elites agrárias e ficando bem a baixo e a margem desta produção os homens livres e pobres gerando assim uma enorme herança de desigualdade social e péssima distribuição de renda.

Essa bipolaridade social aleijava e tornava a colônia incapaz de desenvolver grupos economicamente fortes para um acúmulo de capital interno. Entretanto tanto Caio quanto Fernando não nega a inexistência de um mercado interno apenas afirmam que a circulação interna estava voltada e atrelada para a agro exportação e as variações do mercado externo.

Florentino e Fragoso mostram agora as interpretações de Ciro Flamarion e Gorender que vêem a monocultura aliada à mão de obra escrava como uma imensa barreira para nosso mercado interno, esse processo era denominado modo e produção escravista colonial. O modo de produção escravista de Ciro e Gorender era eminentemente produtivo e comercial e essa exploração articulou totalmente as relações sociais e políticas estando sempre presente no topo da base estruturando todo mecanismo colonial.

Ao analisarem essas duas vertentes os autores traçam um paralelo e apresentam todo nosso sistema colonial a partir do desenvolvimento econômico da sociedade portuguesa regida pelo antigo regime. Esta caracterizada por uma agricultura muito pobre, recurso minerais escassos e um indústria mercantil e débil e um Estado que aparentemente centralizado ainda demonstrava vários vestígios feudais.

Portugal por diversos fatores fez de seu pioneirismo e seu desenvolvimento ultramarino uma grande alternativa para sua economia nos séc. XV e XVI possibilitando a coroa um grande enriquecimento e gerando uma grande dependência de Portugal ao mercado do Atlântico.

Isso se refletia no nosso processo colonial que se desenvolvia economicamente como base e sustento para uma aristocracia portuguesa estática e débil. A estrutura social Arcaica demonstrava um Brasil com grande atividade mercantil, fomentada por uma rede de circulação interna de capital e sua reiteração.

Os autores iniciam o terceiro capítulo (**A integração do Rio de Janeiro ao sistema atlântico português**) afirmando que uma série de fatores contribuiu para o crescimento da economia do Rio de Janeiro no século XVIII: da União Ibérica, da desorganização no nordeste devido as invasões holandesas e da crise econômica da Europa resultou o aumento da produção açucareira fluminense e seu fortalecimento no cenário colonial, sendo que paralelo a isto a mão de obra escrava se fez cada vez mais imprescindível. E para confirmar tal pujança econômica é

exposto que num período de 20 anos a partir de 1612 o número de engenhos do Rio passaria de 14 para quase 60.

A partir deste ponto é discutida a formação da primeira elite senhorial fluminense composta por conquistadores do século XVI, homens que ocupavam os principais cargos políticos e administrativos utilizando-se destes para terem posições privilegiadas no processo de formação da economia colonial de plantation, eram camaristas (vereadores), oficiais da coroa e juizes de órfãos que decidiam os rumos da colônia sempre de forma a pender para obtenção de benefícios em seus negócios privados. Tais indivíduos faziam parte de famílias que com status de conquistadoras eram agraciadas com vastas faixas de terras e tinham o acesso a mão de obra barata por participarem de “guerras justas” e “resgates” de gentio. Nas palavras de J. Fragoso e M. Florentino “(...) tal elite formou-se mediante atuação em um ‘mercado imperfeito’ – não regulado pela lei de oferta e procura, mas sim por privilégios obtidos na esfera política” (pagina 66). A influência destas famílias coloniais se estendia até o ainda nascente comércio colonial e esta intervenção impossibilitou, ao menos nesta época, a ascensão de mercadores residentes.

Este cenário é alterado no início dos setecentos quando o ouro de Minas torna-se o principal atrativo da economia colonial em detrimento da plantation fluminense. A “corrida para o ouro” para as Gerais causou a ininterrupta saída de gente do Rio e conseqüente desaparecimento de engenhos e fazendas cariocas. Porém junto a este recuo da agroindústria açucareira tem-se por volta da terceira década do século XVIII a transformação da Praça do Rio de Janeiro em principal centro mercantil da colônia e seu porto é elevado a categoria de principal da América portuguesa, não sendo – segundo os autores – exagerado afirmar que o porto carioca tenha concentrado nos setecentos mais ou menos 650 mil africanos, além de deter entre 1754 e 1757 quase a metade de valor das mercadorias que chegavam a Minas Gerais.

Sendo assim, já em fins deste século predominava no Rio de Janeiro o capital mercantil e seus mecanismos de acumulação. Ascendendo neste cenário um novo grupo socioeconômico: os comerciantes de grosso trato que constituíam ao logo da segunda metade do século XVIII a elite fluminense. Esta época em que a velha nobreza de terras outrora assentada no antigo sistema de mercês cede espaço para outras maneiras de acumulação e outros grupos sociais de caráter mercantil é

chamada pelos autores de “colonial tardia”, ainda marcada porém por uma hierarquia excludente e um contexto fortemente escravista. E dentro de tal contexto, ao analisarmos o gráfico da pagina 87 que trata da estrutura de posse de cativos, fica clara a concentração de escravos em poucas mãos, visto que no período de 1790 a 1807, 20% dos proprietários de terra possuíam mais da metade dos escravos presentes no Rio. E ainda no campo da escravidão, temos que em relação a reposição de escravos na demanda pedida pelos engenhos fluminense, só a reprodução física dos aqui estabelecidos não seria satisfatória, sendo o tráfico negreiro o grande responsável por esta reposição.

Voltando a tratar do porto carioca os autores utilizam diversas tabelas e gráficos para nos mostrar que não seria absurdo cogitar que grande parte dos ganhos do capital mercantil do Rio vinha da rede de revendas de inúmeros bens europeus, asiáticos e africanos para o mercado interno da colônia: praças como Santos, Rio Grande do Sul. E outras grandes clientes das reexportações cariocas os valores gerados ai era superiores aos resultantes da exportação de plantation.

O tópico seguinte trata das variáveis que possibilitavam a economia colonial fluminense de ter certa autonomia em relação ao mercado internacional, e eram os baixos custos na obtenção de mão de obra e alimentos precondições para que o mercado interno do Rio não fosse totalmente atingido pelas flutuações econômicas internacionais.

No tocante a estrutura de oferta de mão de obra os autores lançam mão de dados numéricos para nos mostrar a importância do continente africano na demanda brasileira por cativos: no século XVI importaram-se 50 mil escravos, por volta de 500 mil no seis centos, quase 2 milhões no século seguinte e próximo de 1,2 milhão de africanos no século XIX. E analisam modelos explicativos clássicos de autores como Caio Prado Jr, Celso Furtado, Fernando Novais, Ciro Cardoso e Jacob Gorender alertando para o fato de que tais modelos não se voltam para as motivações do continente africano em servir como deposito continuo de mão de obra negra para o Brasil. E dentro desta discussão Fragoso e Florentino dão uma ampla explicação de como seria o funcionamento do sistema África – Portugal-América no que se refere ao tráfico atlântico chegando a uma conclusão: o tráfico afro-americano desempenhava função estrutural não só no continente recém descoberto mais também papel estrutural na África com suas disputas tribais pelo poder, guerras

internas e fatores sócio culturais e isso tornava os escravos mercadorias socialmente baratas, contribuindo para o crescimento dos empresários brasileiros tanto em épocas de prosperidade como retração do mercado internacional.

E quanto a estrutura de oferta de alimentos inicia-se a discussão descartando o abastecimento da colônia, mais especialmente do Rio de Janeiro, por meio de importações, pois balanços comerciais do período de 1796 à 1811 não registram entrada de mantimentos ligados à alimentação dos escravos e camadas populares, e descarta-se também a tese de que gêneros desta espécie fossem produzidos em roças internas à plantation cedidas aos cativos pois as áreas envolvidas com a agroexportação eram as que menos produziam alimentos, tais fatos levam a crer que as áreas exportadoras eram adeptas dos alimentos produzidos por áreas não-exportadoras, isto ratificado por diversos inventários *post-mortem* de senhores de engenho fluminense detentores de mais de 100 cativos que demonstram a inexistência da produção alimentícia em suas grandes propriedades. São Paulo e Minas Gerais foram as duas principais áreas abastecedoras do mercado interno na colônia, mais especificamente no Rio, e assentavam suas atividades predominantemente na massa camponesa, com o trabalho escravo intimamente ligado ao familiar.

Tiramos disto que o Rio de Janeiro – área voltada para o mercado externo – tinha seu abastecimento sustentado por uma extensa e complexa rede intracolonial, constatação esta que põe por terra a noção de poder autárquico das plantations. Daí explica-se a reprodução, ao menos parcialmente, desgarrada do mercado internacional. Tendo como base formas coloniais não capitalistas a plantation não só tinha seus custos de operação reduzidos como obtinha ampla autonomia diante das flutuações dos preços do mercado externo e suas crises.

Finalizando o capítulo os autores nos dizem que os negócios rurais necessitavam de menores investimentos que os negócios mercantis porem este setor esterilizava a riqueza anteriormente produzida.

Na Preeminência do capital mercantil (**Capítulo IV – Elite mercantil e lógica de reprodução em uma economia colonial tardia**), os autores buscam dar maior afirmação a hegemonia dos setores ligados à circulação de bens para identificar o peso desempenhado do capital mercantil na assimilação dos traços gerais da hierarquia socioeconômica carioca.

No desenrolar do tópico verificamos que os autores irão basear todas as suas análises através da interpretação de diversos gráficos. Primeiramente, demonstram que havia uma grande intensidade de investimentos relacionados a construções urbanas, fruto de processo de urbanização que se desenrolava no início do século XIX, e que a natureza mercantil se confirma devido ao grande volume de empréstimos, esboçando a existência de um mercado em que as trocas se misturam com o pagamento de juros e com a usura, denotando desse exame que existia um mercado de pequenas opções de investimento para aqueles que possuíam alguma disponibilidade de capital. Logo em seguida verificam que mesmo em se tratando de uma sociedade basicamente escravista e agrária, os bens rurais, significavam 15% dos valores listados, enquanto que o capital mercantil e usurário representava $\frac{1}{4}$ das fortunas, sendo destacado o predomínio desse capital e de suas formas de acumulação nas feições estruturais.

Verificam posteriormente, através de inventários *post-mortem*, tanto do meio rural como do meio urbano, que a distribuição da riqueza entre as pessoas, baseadas em alguns acontecimentos, como: abertura dos portos ao comércio internacional, o fim do Pacto Colonial, o crescimento demográfico da Corte, o desenvolvimento do setor cafeeiro e a constituição inicial do Estado brasileiro, além de outros acontecimentos fluminenses tais como: a abolição do tráfico atlântico, a maturidade cafeeira, a expansão da vida urbana, expõem uma grande desigualdade, na qual apenas 10% das pessoas mais ricas, tanto do campo, como da cidade, continham mais de $\frac{2}{3}$ do valor total das fortunas arroladas, sendo que para os mais pobres, esse valor era de apenas 4 a 6%, verificando aqui um aumento do empobrecimento relativo em contrapartida a uma concentração excessiva de riqueza.

Passando a analisar diversas praças (Salvador, Taubaté, Minas Gerais, etc), e avaliando a situação da evolução do vale do Paraíba fluminense, no tocante a estratificação escravista, pois a análise dessa estratificação, fornece dados tanto do período da montagem como da maturidade econômica e social da região, possibilitando assim, apreender a significação sociológica do crescimento econômico escravista. Os autores verificam com essa análise, principalmente na fase de maturidade, a forte desigualdade presente e ainda a observância de um distanciamento cada vez maior do grupo dos mais ricos com o grupo intermediário e

desse com o grupo dos mais pobres, reafirmando com isso a idéia do sentido sociológico da escravidão, que era a grande diferenciação socioeconômica entre a elite (rica e poderosa) e todos os homens livres.

Verificando outros critérios de acumulação de riquezas, como grupos de grandes faixas de riquezas e não de indivíduos, o nível de concentração da economia fluminense estava assim distribuído: 38% a 55% dos inventariados detinham apenas 2% a 3% dos valores listados, enquanto que de 1% a 8% dos inventariados, concentravam de 34% a 68% das riquezas, reafirmando com isso uma economia assinalada por formas mercantis de acumulação, mas como essa hierarquia diferenciada se manifestava no mercado, na economia em movimento?

Aqui a análise das escrituras públicas de compra e venda, permitirá compreender o movimento dessa economia e o perfil de investimento dos agentes econômicos, revelando cifras concernente a transações e não com fortunas acumuladas. Da metade a 2/3 das escrituras inventariadas eram de valores inferiores a um conto de réis e estavam ao alcance dos mais pobres, mas esses movimentavam a menoridade dos valores transacionados, de 12% a 17%. Nas transações de bens rurais eles, os pobres, participavam de 63% a 90% das transações, cifra que caía para 30% no tocante às operações referentes ao capital mercantil em geral, daí os mais pobres estarem distanciados de cerca de 70% das operações de circulação de bens. Sendo assim esses grupos mais pobres estarem ligados a opções econômicas muito limitadas, principalmente ao campo, sendo estas de menor rentabilidade. Em compensação de 1/10 a 1/5 das escrituras que possuíam valores maiores que a três contos de réis, e que movimentavam de 51% a 73% dos valores transacionados, estavam ao alcance de uma elite mínima, detentora de $\frac{3}{4}$ da riqueza listada. Nas escrituras rurais de valor superior a três contos de réis essa minoria participava apenas de 3% a 18% das transações, cifra que chega a 35% quando se considera os negócios mercantis. Todos esses dados não poderiam indicar algo diferente, mas reitera que os grupos mais baixos da hierarquia não possuíam as mesmas opções econômicas dos grupos mais ricos, que possuíam as mais diversas e maiores opções e com isso detinham um elevado nível de concentração do mercado em movimento e que a parcela maior da população sem ter alternativas de investimento e nem opções, tinham na lavoura seu investimento mais duradouro. Nesse ponto, cabe salientar que os autores nos

mostram que a dinâmica de funcionamento do mercado não capitalista brasileiro levava os homens livres mais pobres a um investimento em atividades menos vantajosas, eternizando e propagando a pobreza e repetindo a diferenciação social do poder afinal, sendo o retrocesso dessa situação, ou seja, o acesso das menores fortunas à esfera mercantil estaria terminantemente impedida aos mais pobres, aqui caracterizando claramente o esboço de uma sociedade hierarquizada e fechada. Mas a escravidão brasileira, mesmo apresentando graus muito altos de exclusão social, foi capaz de superar com êxito todas as adversidades sem que essa exclusão gerasse conflitos que abalariam a estabilidade interna, sendo a causa disso as características estruturais da economia colonial, a qual permitia que mesmo os mais pobres tivessem acesso a fatores de produção como: terras, mão-de-obra e alimentos muito baratos, possibilitando aos escravos alforriados o acesso a esses fatores, mudando concretamente sua condição jurídica no interior de uma sociedade a princípio estamental, de cativo à de homem livre, mas essa mobilidade apresentava limites definidos claramente em função do alto nível de concentração de riqueza. No caso dos mais ricos, aqueles que detinham 2/3 das riquezas inventariadas, era evidente sua origem mercantil, outros montaram suas riquezas a partir da circulação e alguns poucos com atividades agrárias. Aqui observamos como a elite colonial, em sua constituição, concentrava uma estratégia de acumulação fundamentada na apropriação, pelo setor mercantil, do excesso criado na agricultura, sendo a hierarquia socioeconômica, através dos movimentos de enriquecimento e empobrecimento, resultado desses mecanismos de reprodução da economia colonial.

Vamos verificar que na natureza estrutural do monopólio e da especulação, os mercadores formavam o centro hegemônico da hierarquia colonial, mas os autores irão demonstrar o perfil dessa elite mercantil em relação as principais áreas de comércio, revelando traços importantes e mecanismos que a modificaram em eixo da reprodução econômica colonial tardia. Começam pelo comércio terrestre, que após analisarem o número de tropeiros e de animais transportados no período de 1824 a 1826 no caminho entre a Corte e São João Del Rei, esses dados indicavam a existência de um perfil monopolista no sistema de distribuição terrestre de mercadorias.

Com referência ao comércio marítimo, tanto de exterior e de cabotagem, os autores nos revelam a existência de um comerciante, na base desse comércio, de escassos recursos, sendo especializado em alguns produtos oriundos de uma só região, aparecendo, principalmente no porto do Rio de Janeiro muito raramente em determinada época, em se tratando do comércio marítimo com o exterior, verificam que a abertura dos portos ocorrida em 1808, possibilitou o aparecimento de fluxos diretos de importação e exportação entre o Brasil e outras diversas praças comerciais fora do Império português, sendo esses fluxos submetidos por mercadores estrangeiros, principalmente os ingleses, mas a maior parte das exportações coloniais eram feitas por navios lusos brasileiros. Quanto ao comércio de escravos, tanto terrestre como marítimo, da análise de dados de saídas do porto carioca para outras praças regionais, verifica-se a tendência de grande participação de agentes mercantis não especializados atuando neste setor e o comércio negreiro para o exterior se assemelha um pouco com o perfil interno, mas com algumas diferenças, aqui a uma preponderância de empresários traficantes de acordo como número de viagens realizadas que adentraram no porto do Rio de Janeiro, sobressaindo a atuação do controle dos negociantes estabelecidos nessa praça, assim dessa análise verificou-se uma grande concentração do comércio de negros para o porto do Rio de Janeiro, sendo esse campo um privilegio para atuação de especuladores.

Os autores fazem uma pausa das análises e revelam traços estruturais do comércio colonial, os quais se destacam 02 aspectos, tanto para as trocas internas quanto para o exterior, primeiro quanto ao perfil claramente concentrado dos negócios e segundo o papel fundamental dos especuladores e mercadores eventuais. Colocam também que o mercado colonial sempre a mercê de bruscas oscilações, fazia com que o pequeno investidor mudasse constantemente o ramo de sua atuação, procurando o melhor setor de lucratividade, mas o grande investidor, com maior diversidade de setores de investimentos, buscava não só a lucratividade, mas também a segurança, pois esse tinha muito a perder em relação ao pequeno investidor, porém havia a dificuldade de apenas um setor absorver esses investimentos dessa elite altamente rica, pois em momentos de diminuta opções de maior lucratividade era natural que os benefícios guardassem uma relação diretamente proporcional ao montante dos recursos investidos, recursos esses muito

concentrados, sendo assim o monopólio verificado em diversos setores de negócios eram uma conseqüência natural da estruturação da sociedade escravista colonial tardia.

Essa concentração adquire um maior significado, quando o comércio é abordado como um negócio de diversas ramificações tanto de atividades ligadas à colônia ou ao mercado exterior, como no comércio de trocas com Portugal ou de importações de negros, ou ainda de entradas de açúcar vindas de outras áreas e saídas de tropeiros para outros centros consumidores internos no litoral e no interior, alocada nas mãos de uma minoria de negociantes, caracterizando uma grande concentração de atividades mercantis unidas ao exterior em detrimento da circulação interna de bens, fato observado também no caso do comércio negreiro, entretanto isso se dava devido ao montante do investimento inicial solicitado por essas atividades voltadas para o mercado externo, tanto de importação como de exportação. O alto investimento inicial exigido por esse comércio exterior, torna-se mais evidente quando verificava-se a necessidade de gastos duradouros com seguros e compras de naus, e aqui observamos o poder dos negociantes de longo seguimento instituídos na praça do Rio de Janeiro (74% dos navios que participavam do tráfico do atlântico entre 1808 e 1830 estavam nas mãos desses negociantes), com isso verificamos a presença de um grupo altamente restrito de negociantes no interior de uma hierarquia mercantil concentrada, que são os agentes mercantis ligados às trocas internacionais, grupo esse que prevalecia no comércio brasileiro de exportações e importações no interior do Império português, sua preponderância se exercia, pois esses comerciantes controlavam os aspectos fundamentais da atividade mercantil que eram os navios, os seguros e os estoques de bens que seriam comercializados, com a apresentação desses aspectos verifica-se que o comércio exterior não se tratava de um simples comércio e sim de um sistema de trocas essencialmente necessário ao funcionamento da estrutura econômica colonial. Com isso torna-se claro a existência permanente de setores de comércio que requeriam altos investimentos iniciais, eliminando a participação da maioria dos agentes mercantis, sendo assim, o topo da hierarquia era ocupada por uma elite mercantil robustamente ligada ao mercado exterior, capacitada a controlar os diversos setores comerciais os quais dependia a reprodução social, mas essa dependência passava a se definir novamente enquanto espaço da acumulação

interna. Com esses exemplos os autores nos mostram a estratégia diversificada da elite mercantil, pois seus integrantes eram ao mesmo tempo grandes importadores e exportadores, traficantes e seguradores, fora outros papéis desempenhados, fato também observado pelas tabelas apresentadas onde mostram os perfis de concentração e diversificação dos negócios coloniais, tanto do comércio atlântico como doméstico de diversas famílias, e segundo os autores isso não poderia ser diferente, pois os negociantes de grosso trato tinham todas as condições para valer a sua autonomia, quaisquer que fossem as conjunturas vividas.

Após identificar a existência de um pequeno grupo de comerciantes de grosso trato conduzindo setores nervosos para reiteração da economia, fica mais fácil entender os elementos que tornaram mais claros os contornos assumidos pela hierarquia econômica, ou seja, que a economia colonial equilibrava-se na sua junção com o exterior, mas não como afirmam os clássicos da historiografia nacional, pois os dados até aqui apresentados mostra que a forma especial da qual a economia colonial se organizava internamente permitia a supremacia de seu capital mercantil, a ligação entre ela e o mercado externo reafirma tal supremacia. Identificando a existência de um pequeno grupo de comerciantes residentes conduzindo os produtos coloniais de maior valia, dá a entender numa identificação do topo da hierarquia econômico-social, ocupada por homens de grosso trato (o capital mercantil residente representado por esses homens de grosso trato subordinava a agroexportação).

Quanto a natureza estrutural da cadeia adiantamento/endividamento, os autores iniciam argumentando como o caráter não-capitalista do modelo produtivo colonial, com a alta diferenciação econômica e a reunião da esfera da circulação se expressavam no funcionamento da economia colonial tardia. Partem da análise de um gráfico que indicava que grande parte da riqueza inventariada no Rio de Janeiro entre 1707 e 1840, manava sobre forma de empréstimos, formados por contas correntes, letras e créditos pessoais, revelando a existência de um mercado na qual as trocas confundiam-se com pagamentos de juros e com a usura.

Analisa como os grandes traficantes de escravos estavam envolvidos em processos de falência, pois essas dívidas referia-se a um pequeno grupo controlador dos fluxos de importação e estavam associados a dois motivos: primeiro que era o endividamento, um padrão geral assumido pela hierarquia fluminense e segundo

que essa elite fluminense endividava-se entre si, proporcionando uma escassa liquidez e conseqüentemente uma pequena concentração, característico do mercado colonial, atestando que a análise do quadro geral sobre a riqueza dos inventariados, riqueza essa detida por 13% dos inventariados, controlados por 2/3 dos montantes brutos e cerca de 88% do total das dívidas ativas, ou seja, as empresas funcionavam através de uma cadeia de adiantamento/endividamento, encobertas por uma elite e monopólios, residentes na própria economia observada. Continuam sua análise através de diversas informações retiradas de inúmeros processos de falência e administração de bens de ausentes, abertos entre 1805 e 1833 e dividiram os devedores em pequenos, médios e grandes, sendo detectado que a cadeia de endividamento dos grandes devedores, constituídos por comerciantes residentes na praça do Rio de Janeiro, estendia-se para outras praças e regiões, inclusive fora do Brasil, e nesse aspecto um setor também vai se destacar que era o tráfico atlântico, na qual indica que a subordinação dos negócios de escravos estavam diretamente subordinados aos negociantes da praça do Rio de Janeiro, exercendo a própria reprodução física das relações sociais. Demonstram que o processo de subordinação circulava em torno do adiantamento de mercadorias para realização do escambo, quando os comerciantes angolanos recebiam em consignação, tabaco, aguardente, fazendas, armas e pólvora dos capitães dos negreiros, endividando-se assim ao capital traficante do Rio de Janeiro, sendo essas dívidas pagas em letras passadas e quitadas pelos comerciantes do Rio de Janeiro e por sua vez os traficantes pagavam em dinheiro as mercadorias vindas de Lisboa ou mesmo da Índia, sendo assim, os bens do escambo, comprados pelos comerciantes do Rio de Janeiro, iam diretamente de Lisboa para Angola, sem passar pelo porto carioca, o endividamento de mercadorias prosseguiu sendo o maior realce do século XIX. Verificando diversas correspondências entre comerciantes cariocas e angolanos durante 1818 e 1823, Fragoso e Florentino testificam que o adiantamento de mercadorias se tornou o instrumento básico de subordinação dos traficantes africanos com os traficantes do Rio de Janeiro.

Logo em seguida os autores, através de análise de fontes, divulgam que as contas correntes estabelecidas entre os traficantes do porto carioca e seus parentes na região congo-angola, demonstra ainda mais a hegemonia desses traficantes por intermédio do adiantamento de bens, sendo que a própria existência dessas contas

correntes indica um mercado restrito cuja relação entre os agentes eram estreitas, personalizadas e sem competição. O conteúdo das contas correntes pertencentes ao tráfico, revela ainda, uma apertada dependência dos comerciantes africanos e seu móveis, verificado através de diversos processos de sequestro de bens para liquidação de débitos. Com a repetição desse modelo através do tempo entrelaçava o comerciante angolano a um aumento cada vez maior de suas dívidas, sendo o resultado disso a insolvência do devedor requerida a qualquer momento pelo credor, e aqui observamos um outro efeito do mecanismo de adiantamento/endividamento, uma cadeia de endividamento unindo o Brasil ao interior da África, na qual começando com o traficante da praça carioca (núcleo original) a dependência se prolongava aos mercados regionais de negros no âmago da África, isso observado em diversos processos de dívidas, nos quais mais de 161 agentes movimentavam o equivalente a cem contos de réis nessa cadeia de adiantamento/endividamento.

Concluindo este tópico, os autores nos mostram que o endividamento funcionava como um suporte para o mercado colonial numa economia arcaica, onde a liquidez estava agrupada nas mãos de uma hierarquia espantosamente distinta, sendo que, a capacidade de financiamento era revigorada pela natureza da economia, onde os produtos de grande valor eram submetidos a um pequeno grupo de comerciantes residentes, em síntese, uma economia não-capitalista e mercantil onde a mão-de-obra era a própria mercadoria, as técnicas monopolistas possibilitavam aos comerciantes cariocas de grosso trato dominar os mecanismos de reprodução econômica, ainda mais, controlar a liquidez que ultrapassava as fronteiras coloniais brasileiras, alcançando a África e a Ásia e apresentando uma estrutura de uma real conta corrente atlântica, onde o capital mercantil carioca por eixo, acumulava variadas formações econômicas extracontinente, aqui também é apresentado a concentração de empresas nas mãos de famílias tradicionais e que mantinham acionistas majoritários de seguradoras, empresas de charque e trigo, bem como grandes traficantes de africanos, sendo essa elite inteiramente sabedora de seu papel e devidamente reconhecida pelo Coroa Portuguesa e dela dependente, aliado a esse fato temos os comerciantes de grosso trato da praça carioca os quais eram concomitantemente negociantes imperiais, assim sendo, ao dizer dos circuitos comerciais extracontinentes, significa revelar redes de reciprocidade e a constituição de clientes que cruzaram e uniram variadas searas do grande Império português.

Por tudo isso fica claro verificar que os autores nos mostram que a consolidação do mercado colonial entre diversas regiões e extracontinente, só seria possível com as relações de reciprocidade entre parentes, nos quais podiam envolver até casamentos entre famílias e sócios, e que criavam uma condição necessária para se transformar os grandes comerciantes da praça carioca (homens de grosso trato) em uma elite colonial, tornando possível uma acumulação para dentro da colônia e transformando-se na verdadeira primeira nobreza brasileira.

No desenvolvimento do *primum mobile* da escravidão, os autores (Capítulo V – **O Arcaísmo como Projeto**) verificam que dentre os principais modelos explicativos da economia colonial é possível perceber a existência de uma estrutura produtiva colonial criada para deslocar os excedentes para Europa obtidos pelas grandes propriedades fundiárias de monoculturas e escravistas, sendo que a obtenção desse objetivo implicava a emergência de um sistema cujo o funcionamento se identificava com a renovação temporal de uma hierarquia diferenciada e excludente. Os autores fazem uma equiparação do modelo adotado pela Jamaica e pelo Brasil na montagem e no funcionamento do escravismo exportador, fundando uma sociedade desigual, mas as diferenças sobressaem quando verifica-se como se deu a colonização desses países pelas metrópoles de naturezas diferentes, no caso Inglaterra e Portugal. No tocante a Inglaterra existia um conjunto de transformações sendo aplicados as suas colônias, que ao invés de tentar manter a velha ordem, procurava elaborar um novo, ou seja, a colonização das Antilhas para Inglaterra e a criação de uma estrutura firmada na radical exclusão social avocava feições de mais de um dos inúmeros instrumentos de transformação da própria sociedade inglesa. No que diz respeito ao modelo português esse era totalmente diferenciado, para os portugueses o seu modelo de colonização e a montagem de estruturas hierarquizadas e totalmente excludentes nas suas colônias era a clara reprodução e a preservação do antigo modelo metropolitano, sendo assim, essa colonização não deveria produzir novos grupos ou frações sociais que estivessem fora do controle das forças do Antigo Regime, sendo a sua preocupação constante a manutenção de uma sociedade estamental do que a sua superação. A sociedade portuguesa era predominantemente arcaica, graças a execução de um projeto aparentemente assumido, na qual a aristocracia e seus sócios estavam a frente (mercadores fidalgos), daí a conexão entre a economia

colonial e o projeto arcaico da metrópole coincidiram-se na ininterrupta transferência do excedente criado no Ultramar, sendo o setor mais privilegiado o comércio exterior e a captação de impostos, mas observando o funcionamento do Pacto Colonial, os autores, verificam que esse projeto arcaico português não só impedia a formação de um capital mercantil rígido como também estabelecia um espaço para uma concorrência intracomerciantes metropolitanos, provocando com isso a possibilidade da formação e a afirmação de poderosas comunidades mercantis nos trópicos o que contribuía para o desenvolvimento do projeto arcaizante da metrópole, assim compreendido como a não formação de setores burgueses metropolitanos os quais pudessem ameaçar a manutenção do velho sistema do Antigo Regime.

Contudo a falta de um capital comercial da metrópole portuguesa para a melhor organização da economia colonial poderia facilitar o surgimento de fortes setores mercantis na Colônia, mas isso não se concretizou e nesse aspecto é preciso entender as articulações internas da estrutura colonial na qual se destaca o papel decisivo do emaranhado das produções não-capitalista, compreendendo que essas produções movimentavam-se em meio a um mercado marcado por uma frágil divisão social e com uma escassa liquidez, fica fácil identificar os móveis da supremacia do capital mercantil residente, assim sendo a estrutura preparada pela colonização dava a oportunidade do aparecimento de elementos que preenchiam o buraco aberto pelos conservadores objetivos da metrópole. Nesse ponto Fragoso e Florentino nos mostram que estamos diante de uma estrutura na qual a dinâmica funcionava numa constante incorporação de fatores móveis e de baixo custo como: terras, alimentos e mão-de-obra, provindo uma série de conseqüências como a possibilidade dessa estrutura resistir às diferentes situações atravessadas pelo mercado internacional, apresentando uma relativa autonomia, mas em se tratando de uma economia colonial tardia possuindo certa independência as orientações exteriores indagam qual o sentido de sua reprodução através dos tempos. Explicam que essa estrutura oferecia o surgimento de uma diferenciação excludente que com o passar dos tempos adotava características estruturais, e demonstram que os estabelecimentos rurais por não exigir altos investimentos no começo podiam ver-se desaposados de parcela considerável de seu excedente pelo capital mercantil e usurário, sem que isso produzisse seu desaparecimento, desta forma dava-se a precondição para se configurar uma hierarquia econômica social na qual a base

estava identificada pelos agentes unidos a terra e no seu topo estariam os elementos ligados às atividades mercantis e que emprestavam dinheiro a juros, e essa estrutura hierárquica se torna clara quando se considera a permanência de mecanismos internos que eternizavam a diferenciação apresentada, mecanismos esses que imitavam os traços definidores da estrutura produtiva analisada, qual seja, o ingresso a terras e a homens tornava possível o homem livre e pobre tornar-se lavrador, porém não permitia a ele acumular riqueza para que ocupasse um grau maior na hierarquia de fortunas, com isso, estava proibido o seu acesso nas atividades de maior lucratividade, as de natureza mercantil, especialmente aquelas associadas ao comércio exterior, sendo assim, fica óbvio que a possibilidade de uma ascensão social e econômica revelada anteriormente, transformava-se agora em um rígido e eficaz instrumento de exclusão, sendo que a mobilidade até existia, enquanto movimento de inserção de novos agentes no processo produtivo, mas uma vez efetivado, gerava-se uma diferenciação excludente.

Verificando o ideal aristocrático da elite mercantil e a formação da aristocracia nos trópicos, João Fragoso e Manolo Florentino nos mostram até aqui a um panorama no qual existem um capital mercantil preponderante e um mecanismo que certificasse a propagação dessa preponderância, mas procuram investigar as implicações socioeconômicas de semelhante hegemonia, que esterilizava grande parcela do excedente produzido.

A grande hegemonia mercantil caracterizava-se pela inclusão de fatores não-capitalistas produtivos marcados por baixos custos, com isso essa hegemonia resultava na prolongação expropriada dos excedentes, oferecendo um aparecimento de uma sociedade intensamente diferenciada, mas da análise das fontes, que mostram o destino dado a parte da acumulação mercantil, ou seja, do excedente colonial, aparece aqui um traço paradoxal, na qual ao se passar vinte ou trinta anos de funcionamento seus responsáveis abandonavam os ofícios mercantis, mudando-se para rentistas urbanos e/ou senhores de terras e homens, contrariando tanto a lógica empresarial como a permanência de grandes comerciantes na elite mercantil, demonstram que entre os anos de 1800 e 1810, havia um grande negócio na compra de bens imobiliários urbanos, na qual a preponderância do capital mercantil nesse tipo de investimento era marcante, diante desse fato, observa-se que havia um alto desvio de investimento da produção para um setor que não gerava a

multiplicação da riqueza, pelo contrário o esterilizava, e quando os autores verificam que esses valores estavam relacionados também a compra de diversos símbolos de status (chácaras urbanas), mostram que os investimentos estavam esterilizados em proveito de frações sociais que viviam à margem não somente da produção, mas também do próprio comércio (investimentos menos lucrativos). Os autores argumentam que a transformação do grande comerciante em fazendeiro ou rentista se explicaria pela busca de uma maior estabilidade para parte da fortuna comercial acumulada, por isso viabilizava-se abandonar uma atividade veiculada as diferentes oscilações do mercado internacional, em proveito de uma atividade associada à terra, mas muito mais que procurar segurança, essa transformação, simbolizava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado pelo controle de homens e do distanciamento do mundo do trabalho, revelando uma estrutura onde o funcionamento tinha por condição prévia a constituição de relações de poder, englobando a própria herança aristocratizante ibérica, com isso observa-se que a busca da aristocratização por alguns membros das camadas mais altas das comunidades mercantis não é de modo algum diferente da tradição européia do Antigo Regime, contudo, no Brasil, a transformação dos grandes comerciantes em rentistas e/ou senhores rurais colaborava para a montagem e a perpetuação de uma aristocracia imperial, movimento este diferente do ocorrido na Europa, uma vez que o capital mercantil aqui contribuía decisivamente para o aparecimento e de uma contínua repetição de uma hierarquia rural onde o topo aristocrático era formado por senhores de terras e de homens.

Os autores nos mostram que ao acompanhar a trajetória da elite mercantil é possível identificar não só a estratégia de determinada fração social como também acompanhar a lógica reprodutiva da sociedade. Isso aconteceu na medida em que uma porção significativa do excedente econômico se traduzia em acumulação mercantil e que o seu destino nos colocava a par dos mecanismos gerais de reprodução da economia. Partindo dessa conjectura, concluímos não existir contradições entre a hegemonia do capital mercantil e o funcionamento da sociedade agrária de base escravista, primeiramente porque a existência de uma parcela mercantil preponderante reforça o caráter não capitalista do processo produtivo, além de não possibilitar a mobilidade econômica dos pequenos lavradores, mas isso não se esgotava aqui, uma vez que as grandes partes

mercantis, ao formarem grupos rentistas urbanos, convertiam-se em frações do topo da hierarquia, fortalecia-se assim, a natureza essencialmente excludente da sociedade, uma vez que se estagnavam grupos à margem do trabalho. Mas se considerarmos que uma parte do excedente agrícola já estava esterilizado, pois havia sido apropriado pelos comerciantes, a transformação de uma parte da elite mercantil em senhores de terras e de homens, expressará a volta dessa parte expropriada a própria viabilização da hierarquia social. O movimento ora apresentado completa a reprodução integral da economia e sociedade estudada, evidenciando que a estratégia do capital mercantil se subordinava (ou seja, dominava, subjuguava, abaixo dele), à repetição da estrutura agrária escravista.

Fragoso e Florentino ao analisarem uma sociedade historicamente solidária com a exclusão, mostram como a cultura política das elites brasileiras contemporâneas tem por séculos não só convivido como se reproduzido por intermédio da exclusão social, isso devidamente evidenciado pelo fato de ter sido a escravidão o tipo de sociedade mais sólida já conhecida no Brasil. Do ponto de vista sociológico essas nossas elites, habituaram-se à contínua renovação das diferenças socioeconômicas entre elas e a todos os outros homens livres a começar pela renda privada do trabalhador escravo. Os autores mostram que os dados até aqui apresentados, confirmam a constância estrutural da desigualdade na distribuição de renda entre os séculos XVIII e XX, sendo essa concentração e distribuição isentas as diversas ocorrências econômicas, tanto as da escravidão como as do capitalismo, sendo esse fator o ponto de relação entre a elite contemporânea e as elites de outra épocas, entretanto não é apenas a constância da desigualdade, mas sim de determinado modelo de desigualdade, onde a riqueza se converge de tal maneira a não dar oportunidade do surgimento de grupos intermediários de peso. Surgi então a permanência de um padrão de acumulação de riquezas, assim como uma bactéria contrária a antídotos conseguiu transpor a escravidão alcançando e adaptando-se ao capitalismo, aqui observamos a essência do livro, pois esse padrão o qual não se limita ou se esgota no mercado, tem na cultura, principalmente na cultura política um momento essencial, por dois motivos que vem contribuindo para o êxito desse padrão através dos tempos, primeiro que as nossas elites eternizaram a pobreza no mundo da natureza, o que não as questiona a requerer seriamente o seu fim e as faz sentir absolutamente dispensado de qualquer responsabilidade, associando os

pobres ao crime, surgindo a coação como único atenuador, e o segundo motivo esta relacionado ao envolvimento de toda a sociedade com a exclusão.

Assim sendo, como ocorria na época da escravidão, a possibilidade de se prover do crescimento do país constitui para os agentes sociais, poder multiplicar as mesmas estruturas vigentes de profunda desigualdade social e econômica.

Com a Leitura da grande obra de Fragoso e Florentino podemos perceber o vasto leque de alternativas historiográficas que abrem no campo de estudos sobre nossa passagem como colônia. Surgem assim, várias interrogações sobre se realmente o Brasil era totalmente refém de Portugal e principalmente do mercado europeu. Essa força externa realmente existia mais agia junto com uma pequena mais poderosa elite rural e aristocrática que detinha o controle comercial, assim gerando uma forte arrecadação interna criando até problemas para a metrópole, interferindo de forma direta no pacto colonial.

Entendemos que nossa elite se formou através de favores e prestígios políticos, tendo assim um mercado fora dos padrões do capitalismo que é o da oferta e da procura e sim por favorecimentos políticos e sociais.

Assim percebemos que essas grandes diferenças sociais de hoje são partes de uma grande herança de nosso passado colonial, e o que parece é que nossa elite contemporânea segue os mesmo moldes do arcaísmo como modelo político e social e que ainda sofreremos por muito mais tempo com essas grandes diferenças e exclusões sociais de nosso país.